

## EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, CULTURAL E AMBIENTAL: RELATOS DE EXPERIÊNCIAS COMPARTILHADAS NO SERTÃO ALAGOANO

Rafael de Oliveira Rodrigues Autor (1); Roberta Sousa de Mélo (2).

(1 Universidade Federal de Alagoas - [rafael.rodrigues@santana.ufal.br](mailto:rafael.rodrigues@santana.ufal.br); 2 Universidade Federal do Vale do São Francisco - [roberta.smelo@univasf.edu.br](mailto:roberta.smelo@univasf.edu.br))

**Resumo:** Este trabalho é resultado do projeto de extensão Memória e História: um inventário do Patrimônio cultural da cidade de Santana do Ipanema/AL, realizado como parte das atividades do Edital PROCCAEXT 2016-2017 e teve como objetivo identificar elementos da cultura e da paisagem da cidade em conjunto com professores e alunos de três escolas locais, com o intuito de promover uma exposição fotográfica na Casa da Cultura do município. Apresentamos agora as principais discussões e resultados da experiência. Como metodologia foi realizado um levantamento bibliográfico e oficinas com os alunos e professores das escolas, também foi utilizado o manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), disponibilizado no *site* do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Destacamos a importância ativa da sociedade civil, especialmente dos educadores e estudantes, no processo de identificação do patrimônio cultural, como forma de estimular o aprendizado em disciplinas no ensino nas escolas.

**Palavras-chave:** Patrimônio Cultural e Ambiental; Educação; Sertão alagoano, Curadoria Compartilhada.

### Introdução

Este trabalho teve como inspiração as atividades desenvolvidas no projeto de extensão *Memória e História: um inventário do patrimônio Cultural da cidade de Santana do Ipanema/AL*, vinculado à linha de pesquisa *Patrimônio Cultural, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável*, do Centro de Estudos em Ecodesenvolvimento, Ruralidades e Gestão (CEERG), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e ao Laboratório de Estudos da Cultura Corporal (LECCORPO), ligado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física, da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Este projeto teve como principal objetivo promover uma ação educativa, baseado no manual do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), produzido pelo IPHAN no ano de 2000. Este manual tem como objetivo auxiliar as instituições que trabalham com o patrimônio cultural e ambiental brasileiro a desenvolver uma política de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio nacional em contato direto com os povos e grupos envolvidos com os lugares e bens patrimonializados.

Tomando como base o manual do INRC, procuramos realizar um processo de inventário de fotografias representativas da cultura e da paisagem da cidade de Santana do Ipanema, no Sertão alagoano, para a realização de uma exposição fotográfica com curadoria

coletiva com alunos e professores de três escolas do município: a escola municipal Padre José Francisco, a escola Divino Mestre e o Colégio Cenecista.

Também contamos com o Apoio da Prefeitura da cidade. A contribuição da prefeitura foi fundamental, primeiro, para abrir as portas do museu da cidade, o Darras Noya, onde foi feita a coleta de documentos e imagens representativas da paisagem, da cultura, da história e das memórias locais, as quais foram selecionadas pelos alunos para montagem da exposição intitulada Memória e História: olhares sobre o Sertão alagoano, segundo, por disponibilizar a Sala de Exposições da Casa da Cultura municipal.

Desse modo, foi um projeto com o fim educativo, visando um trabalho conjunto entre professores, alunos das escolas e da UFAL na identificação do patrimônio cultural e ambiental da cidade.

Ao longo do trabalho observamos que as dinâmicas de seleção do patrimônio cultural, material, imaterial e natural muitas vezes são realizadas pelas instituições públicas federais, estaduais e municipais, sem que haja participação ativa das comunidades diretamente envolvidas com os bens patrimonializados (FONSECA, 2000; GOLÇALVES 2007 e RODRIGUES, 2012).

Considerando este problema, resolvemos utilizar a metodologia de base do IPHAN para inventários, disponível no *site* da instituição, visando promover um processo participativo na identificação do patrimônio da cidade através das fotografias do Museu.

Concluimos observando que, ao se envolver no processo de identificação de elementos culturais e naturais como patrimônio, os estudantes das escolas podem melhor absorver conteúdos de diferentes áreas do ensino: geografia, história, sociologia, ciências.

## **Metodologia**

Para a realização do projeto de extensão foi utilizada uma metodologia qualitativa dividida em três fases distintas.

De início foi realizado um levantamento bibliográfico em *sites* de pesquisa como *Scientific Electronic Library* (SciELO) e *Google Acadêmico*, no sistema de Bibliotecas da UFAL. Ao término deste levantamento, conseguimos montar um banco de dados em que foi possível ter um panorama geral do modo como as políticas de patrimônio cultural e natural se relacionam com o setor de turismo brasileiro.

Depois disso, foi realizado um levantamento documental no Museu da Cidade, o Darras Noya. Nele conseguimos montar um banco de dados com mais de 500 imagens da cidade de Santana do Ipanema, entre os anos de 1930 e 2000.

Por fim, fizemos algumas oficinas nas escolas Padre José Francisco, Divino Mestre, e Colégio Cenecista. Para o colégio Padre Francisco a autorização foi feita através de ofício, emitido pela coordenação da UFAL em Santana. No documento foi explicado o projeto de extensão e a dinâmica das oficinas. Para Cenecista a autorização foi dada através de ofício e de convites aos pais dos alunos, para que eles pudessem participar das atividades. Os alunos foram previamente selecionados pelas professoras de história e português e também pela coordenadora da instituição. Para o colégio divino mestre também foi utilizada a mesma estratégia, mas os responsáveis por selecionar os alunos foram os professores de química e história.

A solicitação para acessar o banco de dados do Museu e o espaço da Casa da Cultura se deu através também de ofícios para a prefeitura da cidade.

Cabe Destacar ainda que, de acordo com as diretrizes do Manual Operacional para Comitês de Ética em Pesquisa, especialmente a resolução 510/2016, não foi necessária autorização prévia do CEP para este trabalho. Primeiro porque este trabalho é fruto de um projeto de extensão que utilizou exclusivamente pesquisa em bancos de dados, cujas informações foram agregadas, sem possibilidade de identificação individual; segundo, porque foi uma atividade realizada com o intuito exclusivamente de educação sem finalidade de pesquisa científica; terceiro que durante o planejamento ou a execução da atividade de educação não houve nenhuma intenção de incorporação dos resultados dessas atividades em um projeto de pesquisa.

## **Resultados e Discussão**

Os resultados alcançados evidenciam que, no Brasil, as políticas de reconhecimento, registro/tombamento e preservação do patrimônio cultural e natural passaram por três momentos distintos até sua consolidação.

Num primeiro momento, com a publicação do decreto lei que criava a Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), inspirado no projeto modernista de Mario de Andrade. Segundo autores como Fonseca (2000) Gonçalves (2007) e Rodrigues (2014) o principal objetivo da SPHAN era produzir uma identidade nacional, baseada em elementos característicos da cultura brasileira. Nesse momento, o enfoque foi dado à arte

barroca e aos imóveis representativos do estado nação: fortes, igrejas, palácios do império. Mas apesar de atender os interesses políticos econômicos deste momento, Mario de Andrade não deixou de estar atento às manifestações da cultura popular, dando atenção também, por exemplo, ao samba e ao carnaval.

Num segundo momento, em 1966, a SPHAN se junta com a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR). O órgão tinha como objetivo regular as atividades turísticas relacionadas ao patrimônio histórico das cidades, ao mesmo tempo em que fiscalizava os impactos socioambientais promovidos pelos diversos grupos de empresas ligadas ao setor. Sobre este momento, Rodrigues (2012) destaca que a principal característica é a descentralização das políticas patrimoniais: uma série de empresas públicas e privadas foi criada para aplicar e desenvolver o setor patrimonial e turístico em nível tanto estadual como municipal, visando melhor atender os interesses de cada região do país.

Este momento, além de ser caracterizado pela junção do patrimônio com o mercado do turismo, também marca um refinamento nas bases metodológicas dos gestores do patrimônio. A SPHAN deixa de ser um setor do Governo Federal e se torna o IPHAN, ou seja, se torna um instituto com maior autonomia para aplicar a política patrimonial do país. Surge a ideia de patrimônio imaterial e ambiental (ou natural) para dar conta de apreender as diversas manifestações culturais que estavam à margem de uma representação do estado nação e elementos como danças, comidas, paisagens, lugares e práticas diversas passam a ser também reconhecidos como patrimônio brasileiro. O instrumento adotado deixa de ser apenas o *tombamento*, referente aos bens móveis, e passa também a ser aplicada a ideia de *registro* destas outras práticas.

Por fim, a terceira fase, que vigora na atualidade, caracterizada, segundo Zukin (2000) e Leite (2002), por um aprofundamento das políticas patrimoniais e o incentivo ao turismo. Esta prática é classificada com o nome de *gentrification*, comumente traduzido para o português como gentrificação, enobrecimento ou requalificação.

Segundo Rodrigues (2012), o modo como as políticas públicas de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro se consolidaram dão mais ênfase a dimensão estética e turística do patrimônio. Isto provoca o problema da pouca ressonância em relação à escolha dos bens como representativos de patrimônio cultural, ou seja, a pouca identificação da sociedade civil mais ampla para com os bens escolhidos como patrimônio.

Como uma alternativa para minimizar este problema, Fonseca observa que foi criado o manual do INRC. Segundo a própria autora e idealizadora no manual

O desenvolvimento do Inventário Nacional de Referências Culturais – INRC significa a disponibilização de um instrumento essencial para a identificação e documentação de bens culturais e, conseqüentemente, para as possibilidades de preservação desses bens. Vale enfatizar que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais. A indicação de bens para Registro e/ou para Tombamento pode resultar de sua aplicação, mas não obrigatoriamente (FONSECA: 08).

Ainda segundo a autora, o principal objetivo do manual é

[...] Aprender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferências de sua preservação (FONSECA: 08)

Diante disso, resolvemos aplicar o Manual do INRC, a principal ferramenta de identificação e inventariação do IPHAN, de modo participativo, visando uma maior ressonância dos professores e estudantes locais na identificação de fotografias de elementos de sua cultura e paisagem, passíveis de serem pensados como patrimônio para cidade.

Figura 01: oficinas sobre patrimônio cultural



Fonte: acervo dos autores

Para o desenvolvimento do projeto, foi selecionada uma série de imagens no museu da cidade, o Darras Noya. A partir disto, foram realizadas oficinas em cada uma das escolas, nas quais eram apresentados aos alunos e professores o que significa patrimônio Cultural,

ênfatizando que toda cidade tem elementos culturais hist3ricos e de mem3ria, passíveis de se tronar patrim3nio. Nas oficinas tamb3m foram apresentadas as categorias de bens patrim3nializados presentes no INRC do IPHAN: lugares, celebra33es, formas de express3o, objetos, saberes e modos de fazer.

Figura 02: formas de express3o



Fonte: Museu Darras Noya

A partir destas categorias, os alunos juntamente com os professores selecionaram as imagens que eles identificavam como sendo mais representativas dos lugares, das celebra33es, entre outras categorias do IPHAN, para, a partir desta sele33o, montarmos conjuntamente uma exposi33o fotogr3fica. Na figura 02 3 poss3vel observar uma imagem selecionada como um exemplar de uma t3pica forma de express3o da cidade: uma banda de m3sica atuante na primeira metade do s3culo XX.

Al3m destas imagens tamb3m observamos que a categoria lugar ocupou um destaque nas mem3rias dos alunos e professores da cidade, especialmente no que diz respeito aos recursos naturais locais, como, por exemplo, o Rio Ipanema. O qual aparece nos relatos dos

alunos e professores como um elemento da paisagem representativo da cidade, mas que ao longo dos anos, com o crescimento urbano tem sido agredido e sucumbido ao assoreamento.

Figura 03: lugares e paisagem



Fonte: Museu Darras Noya

A experiência evidenciou que, a partir da colaboração dos alunos e professores, os sentimentos de pertencimento e identificação da população com o patrimônio emergem a partir da memória (FONSECA, 2000; GONÇALVES, 2007), fazendo com que diferentes atores sociais, professores da rede pública, privada, alunos, pais e também instituições públicas, como a própria casa da cultura, prefeitura e UFAL, se envolvam em estratégias conjuntas de identificação, seleção, e, dependendo da situação política e econômica, preservação do patrimônio cultural, seja ele histórico, natural, material ou imaterial.

As imagens foram reunidas em uma exposição coletiva, a qual ocorreu na Casa da Cultura da cidade de Santana do Ipanema, no mês de julho na cidade. O evento contou com a participação dos professores e alunos da UFAL, Campus do Sertão, com alunos e professores das três escolas envolvidas com o projeto, além de pessoas ligas a gestão pública e cultural da cidade, tornando-se um veículo de divulgação do patrimônio cultural local.

Figura 04: exposição memória e história: olhares sobre o Sertão alagoano



Fonte: acervo dos autores

A exposição coletiva possibilitou refletir que é possível um processo de curadoria e montagem expográfica conjunta, o qual leve em conta, primordialmente, a relação que os envolvidos, alunos, e professores, estabelecem com as fotografias selecionadas, além de incentivar uma maior ressonância deles com as histórias, memórias e paisagens naturais da cidade.

Além disso, possibilitou também aplicar o INRC, assim como sugerido pelo IPHAN, promovendo uma maior ressonância da população do município com elementos culturais representativos de sua história e de sua memória, corroborando o argumento de Fonseca (2000) de que o INRC é um instrumento de identificação de bens culturais tanto imateriais quanto materiais, permitindo absorver os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, mas também de localidades que não são reconhecidas como patrimônio, incentivando e estimulando esses grupos a atuarem como intérpretes legítimos de suas culturas, possibilitando parcerias para a divulgação e preservação dos patrimônios locais.

## **Conclusões**

A experiência de coletar os dados no Museu da Cidade e posteriormente levar o material para que os alunos e professores das escolas Padre José Francisco, Divino Mestre e Cenecista selecionassem as mais representativas do patrimônio cultural da cidade, a partir de



suas memórias e histórias, mostrou que é possível agregar temas locais na educação dos alunos em diversas áreas: ciências, geografia, história, sociologia.

Já a experiência de exposição com curadoria conjunta, utilizando as imagens coletadas no Museu da cidade evidenciou um maior comprometimento dos alunos e professores das diferentes instituições de ensino com as histórias e memórias a cidade, proporcionando um aprendizado mais aprofundado sobre questões estudadas nas disciplinas nas escolas, com base em elementos locais.

### **Referências bibliográficas**

FONSECA, Cecília Londres. **Referências Culturais: base para novas políticas de patrimônio**. Brasília, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2000.

GONÇALVES, José Reginaldo dos Santos. **Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônio**. Rio de Janeiro, IPHAN, 2007.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares na Mangueira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 49, 2002, pp. 115 - 172.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. Repensando as representações acerca do patrimônio histórico: olhares sobre o tombamento de uma antiga base de atracação de Zeppelins. In: TAMASO, Isabela; LIMA FILHO, Manuel Ferreira. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: trajetórias e conceitos**. Brasília: ABA Publicações, 2012, p. 319-342.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: Antonio A. Arantes (org.), **O espaço da diferença**. Campinas, SP: Papyrus, 2000, p. 208-256.